

## *Conexão Brasil-Namíbia: duas nações em busca de petróleo e progresso<sup>1</sup>*

Natascha de Vasconcellos Otoya<sup>2</sup>

**Resumo:** Em diferentes períodos históricos, Brasil e Namíbia enfrentaram um problema muito semelhante: a existência ou não de petróleo em solo nacional. Assim, pode-se considerar que as histórias de ambos os países estão conectadas pela questão petrolífera. Há diversos pontos de convergência: a elaboração de legislação para um setor ainda não desenvolvido, a associação da exploração do minério com uma certa ideia de progresso, a discussão da questão ambiental em torno da exploração e a própria ligação geológica entre as duas regiões. Este artigo pretende problematizar e debater estas questões.

**Palavras-chave:** história ambiental, petróleo, progresso, Brasil, Namíbia.

**Summary:** In different historical periods, Brazil and Namibia faced a very similar problem: the existence or not of oil in national soil. Hence, the histories of both countries can be considered as connected by the petroleum issue. There are several convergence points: the creation of legislation for a yet to be developed sector, the association of the exploration of oil with a certain idea of progress, the discussion of the environmental issue and the geological connection between the two regions. This article intends to problematize and debate such issues.

**Key words:** environmental history, oil, progress, Brazil, Namibia.

O petróleo, ao se transformar em plástico ou combustível, contribui em larguíssima escala para muitos dos problemas ambientais da atualidade e o faz em nome do progresso. O que fez e ainda faz do petróleo sinônimo e símbolo desta ideia de progresso? Que vozes contribuem para relacionar o conceito de progresso à exploração de petróleo? Tal conceito ainda é válido diante das atuais evidências de mudanças ambientais?

---

<sup>1</sup>Artigo recebido em 15 de agosto de 2014 e aprovado em 01 de novembro de 2014.

<sup>2</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ).

Estas são as questões que norteiam a discussão aqui proposta de possíveis conexões entre os anos que antecederam a descoberta de petróleo no Brasil nas décadas de 1920 e 30 e o momento atual que vive a Namíbia, um país ainda na expectativa de encontrar petróleo em quantidades comerciais no início do século XXI.

O petróleo tem sua trajetória a partir de meados do século XIX marcada pela associação à mudança de modelos industriais e novas formas tecnológicas, tendo permitido a criação de uma imensa gama de subprodutos, entre eles os combustíveis que ajudaram a alavancar a então incipiente indústria automobilística, além dos produtos petroquímicos que formam a base de toda a imensa quantidade de plásticos utilizada ao redor do mundo nos dias de hoje (ALMEIDA, 2008). Em um momento onde o debate ambiental está amplamente divulgado e as atenções voltadas para as mudanças causadas por mais de uma centena de anos de práticas industriais nocivas aos ecossistemas terrestres, pensar questões ligadas ao desenvolvimento da indústria do petróleo ó seja no Brasil ou na Namíbia ó é de grande importância, extrapolando assim o âmbito estritamente historiográfico e se colocando como algo de interesse para o conjunto da sociedade.

#### EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA CONECTADA

O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam criou o conceito de *histórias conectadas* para realçar a importância de conexões que ajudam a dar forma às histórias tidas como locais ou nacionais, assim transcendendo os limites da tradicional historiografia nacional. Em sua vasta obra, revela conexões da história indiana com partes do mundo como África e Ásia ó sem negligenciar, porém, indo além das habituais ligações com estados europeus colonizadores. O autor adota uma postura crítica em relação à historiografia que tende a privilegiar apenas ligações entre *centro* e *periferia* ignorando amplamente conexões históricas e geográficas que Estados e regiões *periféricos* forjaram entre si. Tal predominância se reflete também na escolha de temas do historiador: alguns são fundamentais para a compreensão de um mundo eurocêntrico, mas demonstram-se insuficientes para outras partes do globo ó exemplo disso é a noção de Modernidade, a qual, segundo Sanjay, é impossível desconectar da trajetória histórica do Velho Mundo, mas não pode ser transposta da mesma forma para outras regiões. Um esforço interpretativo para desconectar a noção de modernidade de uma história eurocentrada e ampliar a capacidade heurística do conceito é também uma forma de argumentar que a *modernidade* pode representar õuma mudança mais ou menos global, com muitas fontes e

raízes diferentes e é inevitavelmente ó muitas formas e significados distintos dependendo da sociedade a partir da qual a olhamos (SUBRAHMANYAM, 1997, p.737).

Além deste alargamento de conceitos historiográficos clássicos, a proposta de Subrahmanyam pode ser vista como um modelo interpretativo que estimula a interação entre o micro e macro, situando-se no meio do caminho por sua capacidade de revelar redes de interação transnacionais ao mesmo tempo em que enfoca os impactos de tais interações em nível local. Este ponto de vista conferido por uma abordagem conectada da história não pode ser simples complemento de uma perspectiva historiográfica mais tradicional, pois ele subverte conceitos estanques como *Oriente Médio* ou *Península Ibérica*, para citar dois exemplos trabalhados na obra do historiador. Produzir uma história conectada é:

(...) não apenas um modo diferente de trabalhar materiais históricos, como também um jeito muito diverso de olhar a história em geral. Sanjay nota que o olhar orientalista e histórico-etnográfico, numa união desafortunada com a perspectiva nacionalista, terminou por nos cegar com relação à possibilidade da conexão, que dizer de sua importância. (RIBEIRO, 2006, p 21).

Resgatar estas conexões e interpretar o significado delas nas culturas envolvidas requer um esforço no qual o especialista deve sair de sua zona de conforto para explorar mais amplamente seu objeto de estudo, assim como o generalista deve se debruçar mais detidamente em detalhes que poderia deixar passar despercebidos. Tal esforço põe em xeque a tendência de favorecer certos processos históricos ó em geral ditos de importância nacional ou local ó em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que permite ao pesquisador afastar-se de certezas históricas e posições axiomáticas *à priori*. Localizar e analisar conexões através da história significa ainda transpor os limites da própria disciplina, uma vez que compreender tais conexões requer interações com outras ciências humanas e naturais.

Enfim, pode-se argumentar que ãa proposta de Sanjay, ainda que possa soar peculiar e difícil de seguir (...), representa uma via importante para a desprovincianização de academias periféricas como a nossa (RIBEIRO, 2006, P.26). Em outras palavras, atentar para histórias conectadas entre regiões que não se inscrevem no duplo centro-periferia é desconstruir um conjunto de visões nas quais as mudanças na história emanam em larga medida da Europa para as periferias mundiais ó estas passam assim a ser protagonistas nas narrativas de seus próprios processos históricos.

Esta breve introdução ao conceito de histórias conectadas é necessária para apresentar uma óapropriação criativa do termo que será essencial na discussão aqui proposta. O conceito pode ser mobilizado para se pensar a questão do petróleo como via de progresso tanto no Brasil da primeira metade do século XX e quanto na Namíbia do início do XXI. Proponho, portanto, uma conexão espaço-temporal de um problema bastante semelhante enfrentado por ambos países em diferentes épocas: a existência ou não de petróleo em solo nacional.

#### O PETRÓLEO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Há menção ao petróleo em todas as constituições brasileiras a partir do período republicano, desde a Constituição de 1891, cujas ideias liberais refletem amplamente a influência da legislação norte-americana e representam uma grande ruptura com a tradição legal brasileira ao estabelecer que a propriedade do solo incluía a do subsolo e ao reduzir a extensão de terras públicas sob jurisdição da União. Segundo Quaglino e Mattos Dias, estas disposições legais tiveram um efeito danoso à exploração de minérios, ao inserir o tema em muitas infinitas querelas que envolviam tradicionalmente a propriedade de terras no Brasil: disputas entre herdeiros, incertezas quanto ao título de posse ou conflito de limites (QUAGLINO & MATTOS DIAS 1991, p.8). Ademais, criou-se uma tendência de negar o acesso aos pesquisadores de minérios em propriedades privadas, já que, amparados legalmente, os proprietários de terra não estavam dispostos a dividir as possíveis riquezas contidas nos subsolos que agora eram também de sua propriedade.

O tom liberal da legislação também se refletia na transferência da responsabilidade sobre a pesquisa e a atividade mineradora aos estados da União. Os estados de São Paulo e Minas Gerais criam comissões geográficas e geológicas com fins de reconhecimento e mapeamento das regiões e o petróleo, no entanto, não figurava como prioridade para tais órgãos, pois ainda era novidade no mercado internacional e as reservas da América do Sul não haviam sido exploradas. Desta forma, o início da exploração de petróleo no Brasil se dá em âmbito inteiramente privado: em 1892, Eugênio Ferreira de Camargo obtém concessões na região do Bofete, em São Paulo, e assume todos os riscos e custos da empreitada da busca pelo petróleo, deparando-se com os limites da iniciativa privada: altos custos, demora a produzir resultados e a geologia difícil da área escolhida acabaram por determinar o abandono das atividades. Sobre o episódio, Mário Victor registra que sem recursos para prosseguir nos trabalhos, Eugênio Camargo encerrou as

atividades no Bofete. Todavia, inscrevera seu nome como o primeiro brasileiro a encontrar vestígios reais de petróleo no Brasil (VICTOR, 1970, p. 33).

É a partir da experiência da I Guerra Mundial que as preocupações oficiais com a questão petrolífera começam a tomar forma no Brasil. Percebia-se naquele momento que o aumento do consumo interno começava a gerar uma dependência da importação ao mesmo tempo em que ficava patente o crescente atrelamento dos contingentes militares europeus ao fornecimento de combustível<sup>3</sup>; neste sentido era possível perceber uma série de manobras diplomáticas de potências europeias postas em prática para garantir o acesso às fontes externas de óleo:

Políticos, imprensa e intelectuais começavam a unir os três elementos que comporiam o quadro intelectual do problema daí em diante: a relação entre a indústria do petróleo e o desenvolvimento econômico, a vulnerabilidade militar e as realidades da política internacional do petróleo. (QUAGLINO & MATTOS DIAS, 1991, p.11).

O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) assume oficialmente a condução das pesquisas em exploração de petróleo no ano de 1919. Entre este ano até 1930, foram realizadas 51 perfurações em diversos pontos do país: Paraná, São Paulo, Alagoas, Bahia (com ênfase na região do Recôncavo), Pará e Amazonas. Se, por um lado, tais esforços não resultaram em nenhuma descoberta, por outro, foi-se acumulando uma enorme gama de informações sobre a geologia do subsolo brasileiro, ao mesmo tempo em que se formavam as primeiras equipes de geólogos treinados para este fim. Além disso, manteve-se o interesse do Estado pela pesquisa referente ao petróleo, mesmo com diversos entraves burocráticos e condições institucionais muito longe do ideal.

Ao longo dos anos 1920, assiste-se, concomitante ao crescimento do interesse na busca pelo petróleo, a ascensão de uma retórica nacionalista que vai dominar o debate legislativo por toda a década. Uma Lei de Minas é proposta onde o Estado não mais necessita de autorização do proprietário da terra para explorar minérios<sup>4</sup>; mais tarde, em 1926, a reforma constitucional inclui uma alteração específica na Lei de Minas ao estabelecer que minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros<sup>5</sup>. A disputa entre

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais detalhada, com indicadores sobre o comércio internacional de petróleo durante a Primeira Guerra, ver Yergin, *The Prize* (1991), em especial o capítulo 9.

<sup>4</sup> Decreto legislativo no. 4.265 de 15 de janeiro de 1921 / decreto legislativo no. 15.211 de 28 de dezembro do mesmo ano. In: QUAGLINO & MATTOS DIAS, 1991, p.14

<sup>5</sup> Texto da Emenda constitucional de 3 de setembro de 1926, artigo 72, parágrafo 17b.

nacionalistas e favoráveis à participação de estrangeiros foi intensa ao longo da década. Em 1927 é lançada publicação intitulada *O petróleo e o dever do Brasil*, do advogado Solidônio Leite, que faz um balanço da situação da produção de petróleo nos EUA, na Inglaterra e em países da América Latina com o intuito de chamar a atenção para a falta desta mesma produção no Brasil. Estes dados são "a lição dos outros países" que "nos indicará o caminho que devemos seguir" (LEITE, 1927, p.7).

Prossegue o texto analisando detalhadamente as legislações de diversos países, com especial atenção à lei mexicana, criticada por deixar livre a ação de companhias estrangeiras: "Gravíssimo erro cometeu o México retardando a nacionalização da indústria petrolífera, que vinha tendo, dia a dia, tão prodigioso desenvolvimento, em proveito somente de empresas estrangeiras" (LEITE, 1926, p.19). O autor acrescenta ainda que:

(...) a liberdade, favorecendo o monopólio estrangeiro, escraviza o Estado; exgota-lhe as fontes de riqueza, privando-o dos elementos vitais e indispensáveis não somente à sua prosperidade e grandeza, senão igualmente às necessidades da sua manutenção e defesa. Nenhum país, por mais forte e bem apercebido que seja, pôde estar seguro em caso de guerra, sem ter a suficiente reserva de petróleo. (LEITE, 1927, p.20).

A década de 1930 é então palco da crescente controvérsia sobre a existência ou não de petróleo no Brasil. É um momento bastante agitado, onde a posição oficial do Departamento Nacional de Produção Mineral (que ainda não havia tido sucesso em suas perfurações) começa a ser questionada por técnicos independentes, em sua maioria apoiados por empresários descontentes com os entraves do órgão à pesquisa de cunho privado<sup>6</sup>. Vê-se ainda uma explosão de publicações dedicadas ao tema ó tanto especializadas quanto em defesa de interesses privados na exploração. Discute-se também uma solução para implementação de uma indústria petrolífera no país, que esbarrava em temas como as dificuldades burocráticas impostas pelo órgão responsável pela exploração, o DNPM, além das dificuldades técnicas e a falta de maiores conhecimentos sobre o tema. As iniciativas oficiais careciam de recursos técnicos e financeiros e irritavam a iniciativa privada por demorarem a produzir os resultados esperados.

Assim, a segunda metade da década de 1930 é o período onde começa a se formar um movimento de opinião pública sobre a importância do tema ó não apenas no sentido de pleitear uma indústria nacional qualificada e redigir legislações específicas que atendessem diferentes interesses, mas principalmente por jogar luz na questão focal do petróleo: é a

---

<sup>6</sup> A ação de empresários da iniciativa privada nacional é discutida em Victor, *A Batalha do petróleo brasileiro* (1970) e Smith, *Petróleo e política no Brasil moderno* (1976)

partir de então que, em âmbito nacional, o petróleo passa a ser considerado como caminho para o progresso<sup>7</sup> e símbolo maior do desenvolvimento. Este discurso é incorporado por todos os participantes dos debates nesta ocasião, sejam eles defensores de uma posição nacionalista ou a favor da participação estrangeira. Com a decretação do Estado Novo se assiste à vitória da posição nacionalista na questão do petróleo e o estabelecimento de uma legislação que se configura como o primeiro passo rumo ao controle total do Estado.

É finalmente no ano de 1939 que jorra o primeiro petróleo em solo nacional. Uma localidade do Recôncavo baiano chamada Lobato torna-se a primeira reserva petrolífera brasileira. Oscar Cordeiro, que pesquisava a possibilidade de óleo na região desde 1931, vê sua descoberta nacionalizada sem indenização. Sobre o episódio, Cordeiro escreveria posteriormente:

O prêmio que tive pela imensa trabalhadeira de anos de luta para a abertura do primeiro poço de petróleo no Brasil foi o decreto do Sr. Getúlio Vargas nacionalizando as minas do Lobato, sem a menor indenização, nem sequer das despesas que fiz durante tanto tempo para que o Brasil tivesse petróleo. (In: QUAGLINO & MATTOS DIAS, 1991, p.107).

Tendo o petróleo brasileiro sido descoberto apenas no ano de 1939, quase duas décadas se passaram com o debate praticamente restrito ao campo legislativo. Antes mesmo de jorrar pela primeira vez em solo nacional, o petróleo já era tema de preocupação oficial: havia um Serviço Mineralógico (SGMB), um Departamento Nacional (DNPM), uma Lei de Minas e um Conselho Nacional (CNP), todos dedicados ao petróleo. A legislação e a regulamentação estavam prontas antes da busca ser bem-sucedida. Nota-se que houve tempo suficiente para se consolidar a noção do petróleo como riqueza que faria do Brasil uma potência mundial. Assim, uma vez descoberto, o petróleo foi imediatamente estatizado, como requeria a ideologia vigente nos círculos oficiais do Brasil da era Vargas.

#### O PETRÓLEO NA NAMÍBIA HOJE Ó CONEXÕES COM O CASO BRASILEIRO

Diversos elementos da narrativa da procura por petróleo em solo brasileiro aparecem também quando analisamos a situação deste país africano. Dando um salto temporal, chegamos à Namíbia do início do século XXI. A nação africana é reconhecida internacionalmente por sua produção mineral, sendo o sexto maior produtor de diamantes do mundo, contando também com a produção de outros minérios, como urânio, ouro,

---

<sup>7</sup> Tendo em vista a condição polissêmica do termo progresso, cabe um esclarecimento: nesta perspectiva, progresso era entendido como desenvolvimento econômico e fonte de poder político.

chumbo, zinco, prata e tungstênio<sup>8</sup> ó o petróleo, porém, ainda não jorrou em quantidades comercialmente viáveis. Em torno desta possível descoberta, já se passaram algumas décadas de expectativa.

A primeira conexão na história de ambos os países em sua busca por petróleo pode ser encontrada na questão legislativa: de forma similar ao Brasil, a Namíbia também já possui antes do petróleo descoberto, diversas leis e regulamentações para o setor. A partir da independência em 1990, quando o país deixou de ser governado pela vizinha África do Sul, foi estabelecido um quadro legal e fiscal para o setor petrolífero. A lei de 20 de agosto daquele mesmo ano tem por objetivo regulamentar a economia dos produtos derivados de petróleo, sua distribuição, manutenção de preços e prestação de serviços, além de estabelecer um Fundo Nacional de Energia e um Conselho Nacional de Energia, determinando as funções de cada um<sup>9</sup>. Outras leis e emendas à lei original foram sendo produzidas ao longo da década de 1990.

A exploração de petróleo na Namíbia é capitaneada pela companhia estatal NAMCOR (*National Petroleum Corporation of Namibia*), sendo feita em um sistema de licenciamento que está atualmente passando por mudanças ó inspirado em parte no sistema brasileiro, o modelo de leilões de blocos *offshore*<sup>10</sup> deve entrar em vigor em breve, substituindo as licenças concedidas às companhias estrangeiras de exploração e produção<sup>11</sup>. Aqui, pode-se perceber um outro ponto de tensão análogo ao caso brasileiro: a questão da exploração de recursos naturais estratégicos por parte de companhias estrangeiras. Apesar de não apontar claramente para uma nacionalização, o Ministério das Minas e Energia do país, através de seu Comissário para o petróleo, Immanuel Mulunga, reitera a necessidade de que os frutos de uma possível descoberta sejam benéficos para a população e não apenas para as grandes corporações internacionais. Tal preocupação desnuda também um outro elemento de conexão com o caso brasileiro: o progresso que irá advir da descoberta de óleo.

O viés do progresso é amplamente explorado pela mídia africana quando aborda a questão do petróleo na Namíbia nos dias atuais, e trata-se de uma visão que tem alguns paralelos com aquela que se tinha no Brasil do início do século XX. Deste lado do

---

<sup>8</sup>Indicadores do jornal *The Namibian* em setembro de 2014. ([www.namibian.com.na/index.php?id=15560&page\\_type=story\\_detail&category\\_id=2](http://www.namibian.com.na/index.php?id=15560&page_type=story_detail&category_id=2))

<sup>9</sup>Lei de energia e produtos petrolíferos. Legislação disponível em: [www.mme.gov.na/pdf/petroleum-products-and-energy-act-1990.pdf](http://www.mme.gov.na/pdf/petroleum-products-and-energy-act-1990.pdf)

<sup>10</sup>Parte da indústria do petróleo que compreende a prospecção, a perfuração e a exploração dos jazigos situados ao largo da costa. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

<sup>11</sup>Notícia do site World Oil ([www.worldoil.com/Namibia-considers-oil-block-auctions-to-improve-terms.html](http://www.worldoil.com/Namibia-considers-oil-block-auctions-to-improve-terms.html))



Atlântico, a expectativa da descoberta girava em torno da possibilidade de o Brasil por fim garantir sua entrada no rol de nações influentes. A publicação mencionada anteriormente *O petróleo e o dever do Brasil* é um bom exemplo desta visão; reúne dezenas de depoimentos de profissionais das mais diversas áreas para formar um conjunto de ideias que pretende legitimar a busca pelo petróleo como solução para o pleno desenvolvimento nacional. Aqui o petróleo representa o grande patrimônio do futuro da nação e faz-se mister proteger a futura descoberta.

Redator do parecer *O problema do petróleo no Brasil* em 1927, o parlamentar Simões Lopes considera que não há questão mais fundamental afetando *os magnos interesses da vida brasileira* e afirma que o momento exige do Brasil um impulso decisivo, enérgico e contínuo tanto para encontrar petróleo, como para impedir que estrangeiros, em especial os grandes trustes petrolíferos da época ó *Standard Oil e Royal Dutch Shell* lograssem controlar tal riqueza. O óleo brasileiro ainda não havia sido descoberto e Simões Lopes já o considera õvaliosa riqueza indispensável ao desempenho do nosso papel histórico na obra da civilização contemporâneaö (LOPES, 1927, p.2). Monteiro Lobato era forte opositor do modelo estatizado da busca pelo petróleo, sendo ele próprio empresário do ramo<sup>12</sup> e entusiasta da exploração pela iniciativa privada ó no entanto, ao falar da importância de encontrar petróleo no Brasil, tinha uma postura muito semelhante a de seus opositores políticos:

Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo. Daí a fúria moderna na luta pelo petróleo. (LOBATO, 1936, p.7).

É interessante perceber a associação feita entre o domínio sobre o petróleo e a possibilidade de exercer *papel histórico* no mundo contemporâneo. Quase um século depois, tal discurso permanece atual e pode ser facilmente verificado no dia a dia do cidadão global: comerciais de grandes multinacionais do setor, peças de propaganda governamentais e discursos de opinião pública são apenas alguns exemplos que seguem disseminando um ideal de progresso a ser atingido pela via da exploração do petróleo.

Neste sentido, a Namíbia vive um momento em que as altas expectativas que vem sendo alimentadas nos últimos anos se transformam em promessa de progresso e reverberam amplamente em diversos setores da sociedade. Em setembro de 2014, o país

---

<sup>12</sup> Monteiro Lobato fundou 3 companhias de exploração de petróleo, buscou diversas concessões junto ao governo, entrou em confronto direto com o DNPM, publicou obra sobre a questão (*O escândalo do Petróleo*, de 1936) e acabou preso após ter escrito carta endereçada à Getúlio Vargas sobre o assunto.

sediou um grande encontro internacional da indústria petrolífera<sup>13</sup> visando atrair mais investimentos, tendo como tema “desbravar e otimizar o potencial de recursos do país”, segundo o site do evento. O termo “potencial” surge de forma recorrente em documentos oficiais, publicações do setor, reportagens, artigos e entrevistas relacionados ao assunto e parece sublinhar a grande expectativa em torno da descoberta do minério. Os *big players* da indústria já estão todos no país, com licenças para explorar, ajudando a nutrir as esperanças de uma prosperidade advinda da exploração de petróleo. Para atrair investidores, a companhia estatal anuncia que conta com uma vasta base de dados sísmicos e geológicos da região. No entanto, desde o início da busca o primeiro poço *offshore* data de 1974 e até o presente momento, foram perfurados 18 poços e as quantidades de petróleo encontradas ainda não são consideradas comercialmente viáveis. A maior descoberta é o campo de Kudu, que não produz petróleo, mas possui grandes quantidades de gás<sup>14</sup>.

#### PETRÓLEO E PROGRESSO: PERSPECTIVAS CULTURAIS E AMBIENTAIS

Brasil e Namíbia tem suas respectivas histórias conectadas por anos de expectativa em torno de seu “potencial” petrolífero e toda a agitação social que cerca tais esperanças. O discurso do progresso, muito visível durante os anos que antecederam a descoberta brasileira, se repete em grande medida na nação africana. Criado em 2007, o RDP<sup>15</sup> (*Rally for Democracy and Progress*) é um partido de oposição que exhibe *progresso* em sua sigla. Tal escolha é sintomática do momento vivido ao mesmo tempo em que expõe a polissemia do termo na conjuntura atual. Enquanto no caso brasileiro, o progresso claramente dizia respeito à um avanço tecnológico e econômico nos moldes das nações à época consideradas desenvolvidas, o progresso de que fala o RDP é baseado mais em equidade social do que em desenvolvimento econômico; esta é também a base da visão de progresso proposta por Tjama Tjivikua, reitor da Polytechnic of Namibia. Em um artigo intitulado “*The concept of progress in different cultures ó Culture and progress in Namibia: contradiction or concurrence?*”, Tjivikua pondera sobre as diferentes visões de progresso em sociedades tradicionais e como os Himba e os Herero originários da região e o que o termo significa para povo ocidentais, como os alemães que colonizaram o país durante o século XIX. Para estes, a organização tribal deveria deixar de existir, tornando-se

<sup>13</sup> Namibia Oil and Gas Conference e site oficial: <http://namibiaoilgasconference.com>

<sup>14</sup> Informação disponível no site a companhia: <http://www.namcor.com.na/history>

<sup>15</sup> Site oficial: <http://www.rdp.org.na/>

apenas memórias da vida tribal de quando os africanos dominavam a terra<sup>16</sup>, para que o progresso pudesse se efetivar e eram eles os portadores da civilização que terminaria com a barbárie tribal e traria o progresso e o desenvolvimento para os povos da região<sup>17</sup>.

A visão de progresso do homem branco ocidental não se estende a outros povos e a simples mudança e introdução de novas técnicas não representa necessariamente melhoria para todos e isso fica muito claro em toda a história da colonização africana. Tjivikua argumenta ainda que por mais polissêmico que seja o termo progresso, ele possui o denominador comum de mudança para melhor e a questão reside no problema de definir se tal mudança é sempre melhor para todas as partes envolvidas. Portanto, um questionamento do modelo ocidental de progresso deve ser feito:

O progresso na urbanização e na globalização tem sido justo com a cultura? As mudanças positivas nas ciências são acompanhadas de mudanças comensuráveis na cultura? O avanço nas ciências e tecnologia tem sido ambientalmente benéfico? (TJIVIKUA, 2004, p.8).

Assim, uma dissociação da noção de progresso ao ideal de desenvolvimento econômico e material faz-se necessária para que diferentes culturas possam experimentar mudanças positivas de formas que muitas vezes fogem ao modelo tradicional europeu de civilização. A Namíbia, diz o professor Tjivikua, já viu muitas faces do progresso. A questão central para ele é justamente equacionar desenvolvimento técnico com respeito e preservação das culturas tradicionais que dão forma à sociedade namibiana:

Progresso não significa negar nossa cultura, mas entendermos de onde viemos (...) apenas através de uma forte identidade de nós mesmos é que iremos adquirir a autoconfiança necessária para nos abriremos a outros pontos de vista, crenças e valores e não nos sentirmos ameaçados de perder nossa identidade ao coexistir com pessoas de outras culturas. (TJIVIKUA, 2004, p.8).

A reflexão de Tjivikua traz novos elementos ao problematizar o conceito de progresso como mero desenvolvimento econômico e material e contribui para o debate em torno do potencial petrolífero do país. Aqui estão colocados dois temas que não estavam presentes durante as buscas por óleo no Brasil: as dimensões cultural e ambiental.

A questão cultural ganha relevo uma vez que a região possui populações de organização tribal que não associam a existência de petróleo em seus territórios à uma melhoria em sua vida cotidiana e novas populações estão sendo atraídas ao local por seu

<sup>16</sup> Citação do discurso do governador colonial Tecklenburg de 1904 no artigo de Tjivikua.

<sup>17</sup> Essa é uma definição colonizadora do conceito de progresso. Ela vincula formas sociais nativas como o tribalismo à ideia de tradição, em oposição ao próprio conceito de progresso.

potencial petrolífero e é para estes encontros que Tjivikua chama atenção. Ao apontar para a prevalência do cultural sobre o econômico o pesquisador namibiano remete à ideia de *negociação* proposta por Homi Bhabha. O progresso não pode ser considerado apenas o avanço econômico e a implementação de novas técnicas, ele passa também pela necessidade de equacionar a cultura e a identidade dos povos envolvidos em trocas culturais e as mudanças e novas realidades que advém de tais trocas. Desta forma, não é apenas uma mudança para melhor que está em jogo, mas a própria identidade, ou uma nova identidade forjada no momento de articulação de diferenças culturais onde se dão estes encontros. Tais encontros podem ser tanto:

(...) consensuais quanto conflituosos, podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso. (BHABHA, 1998, p.21).

Assim, o progresso deixa de ser necessariamente uma melhoria ou avanço, para tornar-se um processo de negociação, em que o cultural é também um espaço político, e a identidade, em especial na contemporaneidade, é fluída e negociável, estando em constante reelaboração. Esta perspectiva põe em xeque a noção de progresso ligada à civilização europeia, ao mesmo tempo em que demanda uma maior elasticidade do conceito para acomodar outros pontos de vista não-europeus.

Sobre a questão do desenvolvimento à partir da descoberta de recursos naturais valiosos, Ndapwilapo Shimutwikeni, diretora da *Rich Africa Consultancy*, chama a atenção para o que denomina de *“maldição dos recursos”*

O fenômeno 'maldição dos recursos' refere-se ao paradoxo onde os países com uma abundância de recursos não renováveis tendem a ter pior desempenho em termos de desenvolvimento econômico e de governança do que os países com menos recursos naturais. Isso ocorre quando um país começa a confiar em um único setor, como mineração ou petróleo e gás, e negligencia outros setores importantes. Como consequência, o país torna-se excessivamente dependente do preço das commodities e do Produto Interno Bruto global se torna volátil. Também conhecido como o "paradoxo da abundância", este fenômeno é testemunhado em ambos os mercados desenvolvidos e emergentes, depois de uma grande descoberta de recursos naturais. (SHIMUTWIKENI, 2014, p.1).

Outra contribuição para este debate foi formulada pelo pesquisador José Augusto Drummond: ele se refere também à esta discrepância entre a abundância de recursos naturais e a qualidade de vida e prosperidade dos povos que dependem da extração destes. Drummond contesta a ideia ó cara à muitos pesquisadores e ambientalistas ó de que o

simples acesso ao recurso levaria necessariamente à prosperidade das populações em contato direto com estes:

Essa percepção fundamenta-se na **premissa** que riqueza natural e riqueza social andam juntas (ou, numa postura normativa, que ambas ~~devem~~ andar juntas). Nem sempre, no entanto, essa premissa é testada como uma **hipótese**. Assim, ela sobrevive na literatura mais como um **pressuposto** não comprovado, ou como uma postura normativa que não precisa ser comprovada, e não como um achado de pesquisa. No entanto, há no mundo contemporâneo um número apreciável de motivos para supor precisamente o **oposto**: quanto **mais** uma população depende diretamente de recursos naturais, **menos** próspera ela será. (DRUMMOND, 2002, p.2).

Estas considerações podem ser vistas como uma problematização do conceito de progresso (e, por extensão, da riqueza que este traria) e diferem largamente das falas acerca do mesmo durante os anos de expectativa de produção petrolífera no Brasil. Enquanto no Brasil da primeira metade do século XX o progresso tinha um componente aspiracional, sendo a alavanca que colocaria o país em pé de igualdade com as nações desenvolvidas, na Namíbia do século XXI há ó pelo menos em alguns setores ó uma crítica a este modelo e uma busca no sentido de preservar identidades culturais de grupos que certamente serão afetados quando (e se) o petróleo for de fato descoberto no país ao mesmo tempo em que se tece reflexões críticas acerca dos atuais modelos de exploração de recursos naturais.

O segundo ponto é a questão ambiental. Ao perguntar se o desenvolvimento técnico é benéfico também em termos ambientais, o professor Tjivikua traz à tona uma demanda que tomou forma e ganhou fôlego na segunda metade do século XX e está plenamente colocada no tempo presente. Se, por um lado, o Brasil dos anos 1920 via o petróleo majoritariamente como panaceia econômica e fonte de prestígio político, a Namíbia dos anos 2010 não pode ignorar as consequências de mais de um século de exploração de minérios e utilização de combustíveis fósseis e plásticos ao redor do globo.

Portanto, para empreendermos uma análise verdadeiramente conectada das histórias de Brasil e Namíbia durante a expectativa de encontrar petróleo é imprescindível tratá-las também sob o enfoque da história ambiental. Donald Worster, considerado um dos fundadores da disciplina, pondera que principal objetivo da disciplina é ãaprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultadosö (WORSTER, 1991, p.200).

Entender que a história ambiental trata deste lugar da natureza na vida humana é ao mesmo tempo compreender que humanos tem, por sua vez, sido parte inseparável da

ordem ecológica do planeta. A natureza oferece à humanidade um conjunto flexível porém limitado de possibilidades de vida. É a partir destas possibilidades que são organizados os modos de produção humanos e seu componente mais fundamental: seu regime de energia. Visto sob este prisma, o desenvolvimento da indústria petrolífera é objeto de estudo pertinente e relevante para o campo.

Em seu livro *Something new under the sun: an environmental history of the 20th century*, John McNeill dedica a segunda parte da obra ao que chama de *motores da mudança* ó entre os quais figura a inédita dependência de combustíveis fósseis. O autor considera que as grandes mudanças sociais, econômicas e políticas do último século estão inextricavelmente ligadas à mudanças ambientais de alto impacto. As ligações entre estas dimensões são ódensas, recíprocas, sobrepostas e sempre em fluxo (McNEILL, 2000, p.268). Apesar destas *conexões labirínticas*, McNeill identifica três tendências que contribuíram em larga escala para estas mudanças massivas, sendo duas delas típicas do período: a conversão à um sistema de energia baseado em combustíveis fósseis e o intenso crescimento populacional; o terceiro fator elencando é o comprometimento com o crescimento econômico e o poderio militar ó fator que já vinha sendo consolidado desde séculos anteriores.

Para tratar da história do desenvolvimento da indústria petrolífera ó seja na Namíbia ou no Brasil ó é necessário entender a imensa importância que o setor teve no século XX ao redor do globo, tanto em termos de desenvolvimento de novas tecnologias (como o automóvel e os plásticos), quanto em relação ao impacto ambiental causado ao longo de todo ciclo de produção e utilização: da prospecção de poços à queima de combustível e ao descarte de plásticos nos mais diversos ecossistemas. McNeill considera que, de um ponto de vista ambiental, poucas coisas tiveram mais importância que o triunfo do petróleo (McNEILL, 2000, p. 298). Ao abordar esta prevalência do petróleo no século XX, Daniel Yergin escreve em seu *The Prize* ó manual basilar sobre a história da exploração do petróleo nos EUA ó sobre o fenômeno que chama de *hydrocarbonman*:

Se pode ser dito, abstratamente, que o sol dá energia ao planeta, era o petróleo que agora dava força à sua população humana, tanto na forma familiar como combustível, quanto na proliferação de novos produtos petroquímicos. O petróleo emergiu triunfante, um rei indisputável, um monarca vestido em um deslumbrante conjunto de plásticos. Ele era generoso com seus súditos fiéis, dividindo sua riqueza ao ponto, e até além, do desperdício. Sua grandeza transformou seu reino, fazendo entrar uma nova civilização drive-in. Era a idade do homem do hidrocarboneto. (YERGIN, 2009, p.523).

Fica nítida, nas palavras de Yergin, a comparência do petróleo como sustentáculo de toda uma civilização.

Considerando que ao longo dos séculos grupos humanos elaboraram seus regimes de energia de forma distinta, fica patente que a impressionante predominância do petróleo na maioria das sociedades contemporâneas não se dá apenas por seu potencial energético, mas sobretudo pela vasta gama de plásticos criados à partir do surgimento da indústria petroquímica. Se, por um lado, a queima de petróleo como combustível é menos poluente do que o carvão que veio a substituir, por outro, a poluição engendrada pelo descarte de lixo não biodegradável não tem precedentes na história humana.

Desta forma, a exploração de petróleo em novas áreas ainda não produtoras do minério ó como é caso da Namíbia ó está atualmente cercada de maiores restrições do que no início do século passado. Até então, questões ambientais como a poluição do ar e da água, o desmatamento de florestas nativas, o desaparecimento da biodiversidade, o desenraizamento e, por vezes, a escravização de populações que habitam regiões ricas em recursos naturais não figuravam entre os problemas a serem resolvidos nem representavam obstáculo à perfuração em áreas sensíveis. Atualmente, não se pode pensar em expandir as fronteiras da produção petrolífera sem considerar todas as mudanças ambientais que tal exploração pode produzir. Neste sentido, Namíbia e Brasil ó já como países produtores ó certamente terão trajetórias distintas. Cabe à nação africana e às partes interessadas em explorar seu potencial petrolífero considerar restrições ambientais, bem como a própria finitude do recurso e a possibilidade de utilização de fontes de energia limpas e renováveis.

A última conexão aqui explorada também está inscrita na seara ambiental: a vinculação geológica dos dois países. Tal ligação nos permite mergulhar nas profundezas da terra e também deixar para trás ó mesmo que temporariamente ó o âmbito do social e do cultural na tentativa de enxergar a historicidade do mundo natural, reconhecendo que esta segue um tempo que em termos humanos só pode ser descrito como de longuíssima duração, em especial quando se trata de formações geológicas de materiais fósseis e sedimentares de milhões de anos.

A geologia ó e, mais especificamente, a conexão geológica com o Brasil ó é comumente elencada como principal fator da esperança na existência do petróleo namibiano. Nas palavras de Jordan Alexander<sup>18</sup> jornalista do periódico *The Namibian*:

---

<sup>18</sup>A notícia completa está disponível em:

[http://www.namibian.com.na/indexx.php?id=15560&page\\_type=story\\_detail&category\\_id=2](http://www.namibian.com.na/indexx.php?id=15560&page_type=story_detail&category_id=2)

O interesse no petróleo no mar da Namíbia decorre do fato de que a Namíbia e Brasil já foram conectados como um continente e que as formações geográficas em bacias offshore da Namíbia são semelhantes às do Brasil, bem como o fato de que a Namíbia faz fronteira com um grande produtor de petróleo, Angola. Ambos países têm conhecido reservas de petróleo de uma magnitude considerável. (ALEXANDER, 2014 IN: THE NAMIBIAN).

A afirmação se repete de forma semelhante em diversos veículos de comunicação, tanto do país quanto internacionais. No blog *Beyond BRICS*, do *Financial Times*, um artigo<sup>19</sup> de abril de 2014 fala de um quebra-cabeça de formações rochosas que aumenta a possibilidade da costa da Namíbia ser um espelho geológico das bacias de Campos e Santos ó as duas maiores áreas de produção petrolífera no Brasil. A própria Petrobras, também acreditando na conexão geológica entre os dois países, já possui direitos de exploração de um bloco no mar da Namíbia<sup>20</sup>.

A alusão à Pangeia demonstra a abrangência das conexões que podem ser traçadas nas histórias de Brasil e Namíbia em suas respectivas buscas por petróleo. Pode-se falar de conexões espaço-temporais, uma vez que, experimentando processos semelhantes, as duas nações estão distantes quase um século no tempo humano, mas permanecem ligadas no tempo geológico. Este breve ensaio não pretende de forma alguma esgotar as possibilidades do assunto ó as múltiplas conexões aqui elencadas possuem, cada uma, potencialidades de exploração intelectual quiçá comparáveis ao potencial petrolífero da costa namibiana e do pré-sal brasileiro.

---

<sup>19</sup> Artigo completo disponível em: <http://blogs.ft.com/beyond-brics/2014/04/04/namibia-africas-next-big-oil-frontier/>

<sup>20</sup> Informação retirada do artigo: <http://expresso.sapo.pt/-vastas-reservas-de-petroleo-descobertas-na-costa-da-namibia=f660153>



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil. IN: *Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável*. Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga (orgs.) Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2008

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

DRUMMOND, J.A. *Natureza rica, povos pobres? ó questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea*. In: *Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002*

LEITE, Solidônio Ático. *O petróleo e o dever do Brasil*. Rio de Janeiro: Of. Tip. Do Serviço de Informação do Min. Da Agricultura, 1927.

LOBATO, Monteiro. *O escândalo do Petróleo*. São Paulo: editora Brasiliense, 1951

LOPES, Ildefonso Simões. *O problema do petróleo*. Parecer do deputado à Comissão de Agricultura. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1927.

McNEILL, J.R. *Something new under the sun: an environmental history of the 20th century*. Nova Iorque: Norton & Company, 2000.

QUAGLINO, Maria Ana e DIAS, José Luciano de Mattos. *A questão do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC / SERINST, 1993.

RIBEIRO, Fernando Rosa. *Histórias Conectadas: Uma Proposta Teórica e Metodológica a Partir da Índia*. Trabalho apresentado no Seminário Histórias Conectadas: Identidades, (Pós-) Colonialidades e a Construção da Nação: África, Ásia e Caribe ó séculos XIX e XXö, Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e a Fundação Araucária em Curitiba, 13 e 14 de novembro de 2006

SHIMUTWIKENI, Ndapwilapo. *Understanding the resource curse*. In: *The Namibian*. Windhoek, 2014

SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1976.

SUBRAHMANYAM, Sanjay *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of EarlyModern Eurasia*. In: *Modern Asian Studies*, 31, 3, 1997, pp. 735-762.

TJIVIKUA, Tjama. *The concept of progress in different cultures ó Culture and progress in Namibia: contradiction or concurrence?* Windhoek, 2002

VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. IN: *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 4, dec. 1991.

YERGIN, Daniel. *The Prize: the epic quest for oil, Money and power*. Nova Iorque: Free Press, 2009.